

história
econômica
&
história
de empresas

vol. VIII n.º
jan.jun 2005

Ana Lúcia Duarte Lanna

7 **Ferrovias no Brasil 1870-1920**

Roy Hora

4 1 **Patrones de inversión y negocios en Buenos Aires en la primera mitad del siglo XIX: la trayectoria de Tomás Manuel de Anchorena**

Mauro Santos Silva

83 **Federalismo fiscal no Brasil, 1889-1988: competências tributárias, transferências intergovernamentais e coordenação fiscal**

Rafael Perez Ribas & Lovois de Andrade Miguel

107 **A herança "sesmeira-pecuarista" e seus reflexos sobre o desenvolvimento atual: o caso de Encruzilhada do Sul-RS, segundo uma abordagem de sistemas agrários**

Rodrigo Mendes Gandra

139 **O debate sobre a desigualdade de renda no Brasil: da controvérsia dos anos 70 ao pensamento hegemônico nos anos 90**

Vanessa Boarati

163 **A defesa da estratégia desenvolvimentista IIPND**

7 95 **Resenhas bibliográficas dos livros: *La traite des Noirs*, de Olivier Pétré-Grenouilleau, e *Fronteira Negra. Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso, 1718-1888*, de Maria do Carmo **Brazil**, por Pedro Paulo A. Funari**

Neste número de *História Econômica & História de Empresas*, seis artigos estão sendo publicados, com variadas temáticas, e uma resenha bibliográfica. Retomamos, assim, a prática de publicação de resenhas bibliográficas, que é extremamente importante para o fornecimento de informação crítica aos pesquisadores e docentes do campo da História Econômica acerca de lançamentos de livros ou obras referenciais para as diversas áreas de investigação.

O primeiro artigo de autoria de Ana Lúcia Duarte Lanna, intitulado "Ferrovias no Brasil, 1870-1920", aborda o desenvolvimento das estradas de ferro em nosso país, num largo período de transformações econômicas e sociais, sendo elas mesmas importantes elementos neste processo de mudança. Segundo a autora, nos anos 1850 e 1860, as ferrovias foram implantadas no Brasil principalmente com o capital inglês e estas procuravam ligar as áreas agro-exportadoras às cidades portuárias, verificando-se a partir de 1870 uma considerável mudança com a participação do capital nacional e a incorporação de uma mão-de-obra qualificada formada por trabalhadores brasileiros. O capital francês também foi atraído para os empreendimentos ferroviários entre as décadas finais do século XIX e a Primeira Guerra Mundial. Na realidade, no contexto de implantação do grande negócio das ferrovias brasileiras, não se podia distinguir muito bem "os interesses destas empresas e uma permanente proteção do Estado", o que se constituía em forte fator de estímulo "da corrupção e dos movimentos especulativos dos grupos que controlavam as ferrovias".

O segundo artigo de autoria de Roy Hora, intitulado "Patrones de Inversión y Negocios en Buenos Aires em la primera mitad del siglo XIX: la Trayectoria de Tomás Manuel de Anchorena", focaliza as atividades empresariais diversificadas de um membro importante da "elite econômica" da capital da República das Províncias Unidas do Rio da Prata na conjuntura do seu processo de independência e formação do estado nacional. Há também a tentativa de revisão de um argumento tradicional da historiografia econômica argentina que procura assinalar a transferência de importantes setores econômicos do comércio para a agricultura, como foi o caso dos Anchorena que se transformaram na principal família de proprietários rurais do país. Numa perspectiva distinta, o autor enfatiza que o padrão de inversões diversificadas de Tomás Manuel de Anchorena significou uma resposta empresarial precisa à "marcada instabilidade que caracterizou a vida econômica riopratense na primeira metade do século XIX".

O terceiro artigo de autoria Mauro Santos Silva, intitulado "Federalismo Fiscal no Brasil, 1889-1988: Competências Tributárias, Transferências Intergovernamentais e Coordenação Fiscal", pretende "contribuir para a elaboração de uma história econômica das relações fiscais intergovernamentais" no Brasil. O autor dividiu sua exposição em quatro fases específicas, que representam diferentes conjunturas econômico-fiscais e foram definidas de acordo com "o grau de especificidade" da "organização econômica" e do "desenho do sistema político-institucional" brasileiro no longo do período de análise. Além das transferências intergovernamentais, são problematizados os seguintes itens: "participação do Estado na economia"; "sistema tributário"; "financiamento da seguridade social"; e "capacidade de gestão fiscal-tributária do governo central".

O quarto artigo de autoria de Rafael Perez Ribas e Lavois de Andrade Miguel, intitulado "A Herança 'Sesmeira-Pecuarista' e seus Reflexos sobre o

Desenvolvimento Atual: o Caso de Encruzilhada do Sul-RS, segundo uma Abordagem de Sistemas Agrários", procura analisar a origem e o desenvolvimento desta herança a partir das relações estabelecidas entre pequenos e grandes produtores rurais num município pecuarista gaúcho, característico da "região Sul". Como os próprios autores indicam, a abordagem dos sistemas agrários procura compreender o processo comum de ocupação e formação dos municípios desta "região", ressaltando a problemática da "concentração de terras" que, "reforçada por um modelo modernizador, constituiu-se num entrave estrutural a outros modelos de desenvolvimento, com uma maior inclusão dos mais diversos produtores rurais".

O quinto artigo de autoria de Rodrigo Mendes Gandra, intitulado "O Debate sobre a Desigualdade de Renda no Brasil: da Controvérsia dos Anos 70 ao Pensamento Hegemônico nos Anos 90", situa-se no âmbito dos estudos da História do Pensamento Econômico brasileiro e aborda uma questão crucial tratada por esta historiografia a partir dos anos 1960, que é a problemática da desigualdade de renda em nosso país. Primeiramente, o autor focaliza o debate acerca das "causas do aumento da desigualdade de renda", que ficou conhecido como a "Controvérsia de 70" e, posteriormente, analisa os argumentos dos economistas dos anos 1990, "sobre as causas da elevada e estável desigualdade de renda no Brasil". Ao final, procura estabelecer uma comparação entre "os dois períodos de pensamento" com o objetivo de entender a evolução deste debate.

O sexto e último artigo de autoria de Vanessa Boarati, intitulado "A Defesa da Estratégia Desenvolvimentista do II PND", pretende fazer uma avaliação das análises elaboradas pelos economistas que defendiam as principais linhas deste Plano Nacional de Desenvolvimento, adotado num "ambiente de grave instabilidade econômica". De acordo com a autora, os defensores da estratégia desenvolvimentista afirmavam que o II PND "representava mais que o ajuste estrutural da economia para a crise do petróleo", estando "inserido no projeto 'Brasil Potência' e seria adotado independentemente da crise". São ainda destacadas pela autora a "defesa pública" deste Plano feita por Mario Henrique Simonsen e a "apologia" de Roberto Campos às "vantagens do regime político fechado, conduzido pela tecnocracia-desenvolvimentista, para a implementação de um plano intervencionista e estatizante".

Finalmente, na resenha de Pedro Paulo de A. Funari, são abordados dois livros que estudam a economia e as sociedades escravistas. O primeiro deles é *La traite des Noirs*, de Pétrè-Grenouilleau, que estuda o tráfico de escravos das sociedades africanas ao mundo moderno, ressaltando o importante papel deste na formação do capitalismo. O outro livro se intitula *Fronteira Negra. Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso, 1718-1888*, de Maria do Carmo Brazil, é mais específico e voltado para o estudo da escravidão naquilo que Funari chama de um "contexto periférico" ou "em áreas mais distantes do Nordeste açucareiro e das áreas cafeeiras do Sudeste".

Esperamos que este número de HE&HE possa também trazer importantes contribuições para os estudos de História Econômica e História de Empresas, desenvolvidos pelos associados da ABPHE e demais pesquisadores.

Luiz Carlos Soares
Maria Alice Rosa Ribeiro
Maria Teresa Ribeiro de Oliveira